

GEFFREYS, Montagu Vaughan Castelman

A EDUCAÇÃO: SUA NATUREZA E SEU PROPÓSITO.

São Paulo, Cultrix — EDUSP, 1 975, Trad. H. L. Dantas, 172 págs.

MONTAGU VAUGHAN CASTELMAN JEFFREYS, docente de pedagogia das Universidades de Durham e Birmingham, procura, neste obra, mostrar que a educação não envolve apenas elementos de ordem intelectual. Aprender é para ele inquestionavelmente aprender a viver.

O valor deste retorno ao elemento vivencial se apresenta de grande significado para a educação no momento em que uma revolução social transferiu todo o encargo cultural da família para as escolas. Mediatizando esta passagem, a escola é arrastada irresistivelmente pelas forças da tecnologia e do objetivismo cientificista. Cedendo apenas à lógica da eficiência técnica, a educação fatalmente será levada ao esquecimento da problemática existencial humana. Ciente disto e do papel da escola numa sociedade imprevisível, o autor procura inculcar o aspecto fundamental da educação, que é o discernimento do mistério da natureza e do destino do homem. Trata-se de encarar mestres e alunos não apenas como agentes de cultura, mas como pessoas fundamentalmente preocupadas num que-fazer-humano.

Inicialmente a problemática vital da educação suscita para o autor as relações entre teoria e prática. A teoria é elemento indispensável na educação porque o ensino supõe o aprendizado de certas técnicas que constituem o treinamento. "Tornamo-nos muito mais aptos a realizar uma coisa quando sabemos o que estamos tentando fazer e como nos propomos a fazê-lo". (pág. 17). No entanto há necessidade de teoria não apenas para este ou aquele empreendimento, mas para a existência como um todo. Por isso, ela deve assumir as características de uma "filosofia de vida". Só assim poderá compreender a contradição fundamental da existência humana, representada pelo mito grego de Sísifo, que inclui luta, tensão e conflito. (cap. 1).

Tensão e conflito são forças que impelem em duas direções: individualização e conformismo social. Cada indivíduo tem necessidade de ser único e desenvolver essa característica. Entretanto, não queremos ser "diferentes" dos demais. Para nos tornarmos realmente humanos devemos submeter-nos a um processo de participação social. A própria noção de pessoa implica a admissão de companheirismo, do encontro com o outro. Mas a relação do indivíduo com a sociedade não está isenta de muitos conflitos que exigem a

intervenção da escola. Assim, o papel da escola não é apenas refletir a sociedade, sujeitando-se aos poderes do Estado, da opinião pública, dos meios de comunicação de massa etc. Tomar o aluno como indivíduo-em-relação-com-outros é reconhecer o seu necessário envolvimento social. A escola verdadeiramente criativa deve suscitar experiência que o prepare para um relacionamento mais autêntico com o organismo social. (cap. 2)

O mesmo conflito da experiência humana reaparece sob a forma de liberdade e autoridade. A autoridade é, para o autor, requisito fundamental para a verdadeira utilização da liberdade. O autor toma a liberdade tanto no seu aspecto primário (pura possibilidade) como no estágio mais profundo da liberdade consciente, para demonstrar a necessidade e importância da responsabilidade e da autoridade. Partindo daí, demonstra que a democracia é o regime onde este conceito de liberdade pode melhor ser encontrado, mas como a própria democracia já não oferece a mesma segurança, voltam-se as expectativas para o aparecimento de uma comunidade racional e responsável que precisa, antes de tudo, de ser ensinada e aprendida como algo a que se deve aspirar e que não pode desenvolver-se por conta própria. Diante deste raciocínio surge a educação global da criança como fator essencial, pela sua elevada importância da formação dos homens de amanhã. Se uma comunidade racional e responsável deve ser ensinada e aprendida, o reconhecimento da autoridade é elemento fundamental. É necessário que a criança interiorize a autoridade como um valor para que futuramente possa criar e aceitar um sistema capaz de proporcionar a liberdade consciente, baseada no reconhecimento da responsabilidade e autoridade como fatores determinantes do exercício de uma liberdade racional e consciente. No entanto, a ação da autoridade, por mais ampla e prolongada que seja, não pode fazer com que o indivíduo perca a sua identidade pessoal. (cap. 3)

O problema da identidade pessoal vai de encontro com a realidade do crescimento do indivíduo. Crescimento implica numa relação entre identidade e transformação, como também entre organismo e ambiente e supondo ainda uma coerência da natureza do organismo. Não existe mola fundamental do crescimento. Este é uma resposta do organismo ao ambiente, e não pode ser entendido apenas em termos de adequação, mas também de oposição. O crescimento individual é acompanhado pelo crescimento comunitário e assume um aspecto histórico. Por isso a compreensão da história é necessária para se entender as transformações das civilizações e dos indivíduos.

Por isso “será também proveitoso estudar o desenvolvimento da comunidade escolar, e o desenvolvimento histórico do sistema educacional”. (pág. 72) Daí a valorização atual do estudo do desenvolvimento das crianças. O próprio John DEWEY identificou a educação com o crescimento, pressupondo, é claro, seu aspecto social. Autores mais recentes enfatizam também o fator desenvolvimento como por exemplo, Jean PIAGET. O autor, apesar de salientar o desenvolvimento educacional dentro da história, entende que se deve pôr em prática “o princípio de que a educação deve prosseguir ao longo de toda a existência” (pág. 81) É nesta que o indivíduo vai perceber inevitavelmente a grande tensão entre a própria identidade e as transformações que ela deve suportar. (cap. 4)

Outra ordem de tensão é a que existe entre ensino e aprendizado. A oposição entre ambos não é questão puramente acadêmica. Querer aprender não significa gostar de ser ensinado. É válido dizer que o professor não pode fazer a pessoa aprender, mas sim ajudá-la a fazê-lo. É assim que o conflito entre professor e aluno torna-se positivo. O professor usa de todos os meios para ministrar esta ajuda, sem contudo desrespeitar a autonomia do aluno. Para isso deve aliar o interesse pessoal à imparcialidade. Dentro deste critério é que deverá usar dos recursos que a moderna psicologia educacional lhe fornece: aprendizado programado, máquina de ensinar, gravações etc. Educação é, como sempre foi, algo que o aprendiz faz e não algo que é feito para ele. Assim, o ensino deve ser motivado pelo interesse da criança, devendo ser aberto à sua movimentação e liberdade. Uma dose de formalismo, entretanto, é necessária para que o professor desempenhe o seu papel. Infelizmente é aquilo que faz com que as crianças distingam a vida real da escola. Mas a escola não pode fugir a isto uma vez que representa a sistematização da experiência de vida, muito embora na educação moderna o aspecto formalístico tenha sido abrandado. De qualquer forma ele será sempre necessário para dar aos alunos um senso da realidade e da importância do que estão estudando. O problema da organização curricular foi sempre dos mais discutidos. Ele se torna mais agudo na oposição observada antigamente entre educação liberal e educação profissional e que hoje deixou de ser relevante. Apesar disso, o problema do conteúdo do currículo permanece, uma vez que a prática educacional resiste às mudanças, e o autor salienta que os padrões de pensamento adotados pela escola são, sem dúvida, ótimos servos, mas péssimos padrões. Assim, a oposição entre ensino e aprendizagem sempre permanecerá. (cap. 5)

Dois outros pares de oposição merecem destaque especial: o conhecimento intuitivo X conhecimento conceptual, juízos de fato X juízos de valor. Primeiramente todo ato de consciência implica a relação sujeito-objeto. Esta é uma relação complexa, pois implica dois elementos. O primeiro é a intuição que é de ordem animal. O outro é o conceito que é a faculdade superior própria do homem. Os dois são necessários ao homem. O último representa a passagem da consciência primeva da experiência intuitiva imediata para o mundo intelectualizado. Trouxe ameaça da abstração para o ser humano em geral como também para a escola. Existem maneiras de se recuperar teoricamente a experiência primitiva, como por exemplo, a linguagem e a arte. No âmbito escolar, surgiram também maneiras de se libertar da tirania da abstração, como por exemplo, o estímulo à experiência direta, existencial e pessoal. A outra distinção, entre juízo de fato e juízo de valor, tem profundas conseqüências no campo científico e no campo educacional. É claro que a ciência procura lidar com juízos de fatos e os valores humanos implicam num julgamento que nem sempre observam o rigor científico. Assim certos aspectos fundamentais do homem que o autor salienta, como por exemplo, o moral, o hedonista, o histórico, o religioso, só podem ser compreendidos dentro de juízos de valor. O autor mesmo destaca o valor dos princípios morais no campo da aprendizagem. Salienta o valor do exemplo, da autodisciplina e os princípios básicos dos códigos de conduta. O homem está sempre envolvido com valores, e a própria ciência implica um aspecto moral, assim como a religião e a ética envolvem procedimentos lógicos. (cap. 6)

A subversão de certos valores constitui um fato recente. Religião e moralidade colocam-se hoje em um novo quadro. Essa subversão de valores morais e religiosos foi grandemente acentuada neste século e mais notadamente como conseqüência das duas grandes guerras mundiais. Houve épocas de comportamento rígido e de costumes licenciosos, mas a transgressão desses valores nunca foi posta em dúvida. No mundo contemporâneo, não resta dúvida, que o enfraquecimento da autoridade religiosa acarretou o afrouxamento dos códigos morais.

Religião e moral são coisas distintas entre si, embora, historicamente estivessem tão intimamente ligadas que os códigos morais decorreram das crenças e dos fundamentos religiosos. Do ponto de vista social, a influência da religião tem constituído mais uma coerção que uma inspiração. Com o enfraquecimento dessa coerção, as pessoas dispararam para o que acreditavam que fosse a liberdade. Liberdade sem estar fundamentada em

princípios norteadores da conduta leva a uma permissividade. Neste contexto o homem encontra dificuldades para assumir sua ação individual mais firme e correta acomodando-se numa perspectiva mais cômoda de atuação segundo os valores de uma moralidade social. No entanto, "Se o fundamento da moralidade é o respeito de um ser humano por outro, a moralidade pessoal ou privada é tão importante quanto a social ou pública". (pág. 156)

Partindo desta colocação, o autor procura demonstrar que quer se trate de religião, quer se trate de moral ou outros campos do conhecimento, o objeto do estudo não pode ser inteiramente compreendido a não ser que seja conscientemente interiorizado pelo aluno. É preciso preparar o aluno para, no terreno dos valores, saber aceitar, selecionar e rejeitar o que lhe é ensinado. (cap. 7)

O autor conclui sua obra demonstrando que "um dos aspectos vitais da educação é conseguir certo discernimento do mistério da natureza e do destino do homem". (pág. 160) Por isto a educação consciente deve formar para a vida e ajudar as criaturas a crescer para atingirem a estrutura de pessoas responsáveis. Preparar para a vida, capacitar os educandos a distinguirem as diferentes modalidades de raciocínio e de conhecimento, desenvolvendo habilidades através da participação pessoal do educando, devem ser os objetivos real da educação.

Todo esse conjunto de idéias é atravessado por um fio condutor que o próprio autor chama de "filosofia de vida". (pág. 13) Para ele a educação é essencialmente aprendizagem de viver. Cumpre notar, no entanto, que o autor pretende propor mais do que uma filosofia de vida, embora este aspecto esteja fundamentalmente presente em suas abordagens. Mais do que uma filosofia **de** vida ele propõe uma verdadeira filosofia **da** vida. Consideramos esta distinção bastante importante porque, embora fale de uma filosofia de vida na qual se fundamenta, a noção de vida que transparece no percorrer de sua obra, é muito mais ampla e profunda de tal forma que deveria ser antes chamada filosofia da vida. Podemos chamar de **filosofia de vida** o conjunto de idéias elaboradas junto à ação e para orientar a ação. E **filosofia da vida** é um sistema filosófico que procura explicar a vida encarando-a como a verdadeira realidade. É evidente que o pensamento do autor vem mesclado destes dois aspectos. Mas para ele a vida é a verdadeira realidade no campo da educação.

O aspecto teórico na educação é enfatizado pelo autor como uma necessidade, por isso suas reflexões assumem um caráter filosófico. Mas o autor não se deixa ludibriar pelos aspectos puramente teóricos da educação. Sua

filosofia é aberta aos valores extrarracionais e extracientíficos. Por isso os aspectos formalísticos, acadêmicos e curriculares das escolas são amainados pelos aspectos existenciais na formação do aluno. Assim, coloca muito bem o necessário conflito entre os polos opostos que constituem a vida mesma de uma verdadeira escola e que demonstra a tensão desta em relação à vida no seu sentido mais amplo: as oposições que existem entre indivíduo e sociedade, liberdade e autoridade, identidade e desenvolvimento, ensino e aprendizado, fato e sentimento.

Suas idéias apresentam não somente uma crítica. Sua obra é um conjunto de críticas do qual podemos salientar algumas: critica ao individualismo, ao autoritarismo, ao academicismo, ao abstracionismo, ao cientificismo. Como consequente aplicação de sua “filosofia de vida”, demonstra a necessidade de uma educação adaptada à situação atual. Abre os olhos dos educadores para as transformações constantes por que passa a sociedade e as influências delas sobre as pessoas. Entretanto seus olhos se abrem também para as influências perniciosas que a nova sociedade provoca pelos recursos tecnológicos que ela apresenta, quando usados imoderadamente. Censura ele o desvinculamento radical que a ciência se impôs diante dos valores humanos. Essa cisão é o que fez surgir hoje uma nova forma de autoritarismo em educação: o autoritarismo da pretensa eficiência dos recursos técnicos.

Imbuído de uma visão ampla dos valores da vida, o autor chega, no ápice de suas reflexões, a propor os valores fundamentais como sendo oriundos da religião e da moral. Este privilégio concedido aos valores da moralidade nos faz reconhecer nele um moralista no campo pedagógico.

Olga Tormena

Mestranda em Filosofia da Educação na PUCC

MARTINS, Waldemar Valle

LIBERDADE DE ENSINO: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA SITUAÇÃO NO BRASIL

São Paulo, Edições Loyola, 1 976, 208 páginas.

O autor, Padre Waldemar Valle Martins, professor de Filosofia na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, de Santos já se preocupa, de longa data, com o problema do ensino no Brasil. Basta dizer que o livro surgiu da

decisão de publicar, treze anos depois, um manuscrito elaborado “no ardor do debate sobre diretrizes e bases da educação nacional” (introdução, pág. 5).

Após um bem cuidado, embora breve, histórico das discussões legislativas que levaram à transformação do projeto 2 222-C da Lei 4 024, de 20/12/61, Waldemar Martins põe em relevo o tema de sua obra: a liberdade de ensino.

A primeira preocupação do autor é determinar limites para o tema: não tratará do ensino em acepção ampla, mas apenas daquele que se ministra nas escolas; não tratará, também, de toda liberdade relativa ao ensino escolar, nem mesmo da chamada “liberdade de cátedra”, mas apenas da “liberdade de abrir escolas e conceder títulos reconhecidos pelo Estado — independentemente das escolas estatais” (págs. 42 e 43).

Bem delimitada a questão, Waldemar Martins passa a expor, de maneira equilibrada, os principais argumentos dos “estatistas” e dos “privatistas”, correntes que se degladiam sobre a matéria. Aqueles, os “estatistas”, defendem maior intervenção do Estado, na educação para que se atenda democraticamente às classes menos privilegiadas, e aceitam ou apenas toleram a escola particular, sempre em caráter supletivo e sem ônus para o Estado. Os “privatistas”, por sua vez, defendem a liberdade de os particulares abrirem escolas, opondo-se, obviamente, ao monopólio estatal na educação; mais do que isso, por admitirem à família prioridade na escolha do tipo de educação dos filhos, julgam ser dever do Estado não só ajudar financeiramente as escolas particulares, mas também limitar-se a uma função supletiva em matéria de educação (págs. 45 e 46).

Reconhecendo, embora, que ambas as partes têm suas razões e que é possível evitar as posições radicais, o autor inclina-se pela defesa da liberdade de ensino (entendida como liberdade de abrir escolas e de educar segundo uma orientação escolhida). E fundamenta sua opção, dizendo-a conforme à natural missão educadora dos pais, aos direitos da pessoa humana e, finalmente, à essência do regime democrático.

O primeiro argumento, relativo ao direito educacional da família, é o mais corrente entre os defensores da tese da liberdade de ensino. Mas o autor prefere, como ele próprio admite (conclusão, pág. 154), o segundo argumento, baseado na dignidade da pessoa humana. De fato, o livro atinge seu ponto culminante e sua mais convincente forma de expressão ao tratar do problema do indivíduo e da sociedade sob o prisma filosófico do **personalismo**

(capítulo 2º, artigo 2º, parágrafos 2º e 3º), sem abandono da perspectiva moral aristotélico-tomista. Admitindo-se a preeminência da pessoa humana, o Estado é visto como “um instrumento do corpo político para a realização dos ideais de perfeição” daquela (pág. 87) e não como um fim em si mesmo. Daí, e também da necessidade de se prevenir os totalitarismos, decorre o **princípio da subsidiariedade** da ação do Estado — só deve ele intervir no empreendimento de que o particular não possa ocupar-se sem prejuízo ao bem comum —, aplicável também em matéria de educação.

Mas, ao autor é evidente que não basta a admissão, em tese, da liberdade de os particulares abrirem suas escolas: é preciso tornar eficaz, na prática, essa liberdade, para que ela possa concretizar as promessas que faz à pessoa e à sociedade. Em outros termos, é preciso não só que o Estado permita instituições particulares de ensino, mas que também possibilite que elas se mantenham, quer deixando de fazer-lhes concorrência com um ensino gratuito no mesmo nível, quer subvencionando-as para que suportem tal concorrência.

Defende o autor a legitimidade da ajuda financeira do Estado às escolas particulares, amparando-se, entre outros argumentos, no da justiça distributiva — segundo a qual “a autoridade deve repartir, proporcionalmente entre os cidadãos, vantagens e ônus que resultam da vida em sociedade” (pág. 105) —, uma vez que o pluralismo educacional é uma exigência de qualquer sociedade realmente democrática. Para provar essa relação entre liberdade de ensino (sempre entendida como liberdade de os particulares abrirem escolas) e democracia, Waldemar Martins aduz ao seu trabalho as normas pertinentes ao regime educacional de vários países (que divide em “comunistas” e “democráticos”), além de excertos de documentos de alcance internacional.

Em seguida, e antes de uma breve conclusão (na qual faz um resumo de todo o trabalho e apresenta algumas interessantes sugestões para os problemas educacionais brasileiros), o autor se encarrega de uma defesa da posição que a Igreja Católica assumiu no debate sobre a liberdade de ensino. O Padre Martins se vê obrigado, nessa passagem (capítulo terceiro do livro), a abandonar o tratamento meramente filosófico da questão e a recorrer a certas elucidações de ordem dogmática, para mostrar que só em aparência a posição da Igreja é dúbia, oportunista e inseqüente, quando ela se declara favorável, hoje, a uma liberdade que antes anatematizava.

Feitas essas observações, a respeito da estrutura temática do livro, impõem-se duas outras, relativas mais à forma. Em primeiro lugar, é digno

de louvor o esforço empreendido no sentido de traduzir em linguagem clara e acessível uma problemática que costuma ser tratada no mais esotérico "filosofês"; justifica-se a iniciativa, em virtude da necessidade, por todos reconhecida, de estender, para além dos círculos meramente acadêmicos, o esclarecido debate da questão. Em segundo lugar, merece destaque a abundante documentação com que o autor amparou toda a sua exposição e que se reflete na ampla e seleta bibliografia que acompanha a obra.

Talvez caiba algum reparo quanto ao título do livro. Algo como **Pluralismo na Educação** ou **Estatismo ou Privatismo, na Educação Brasileira** ? faria, quem sabe, mais justiça ao conteúdo, uma vez que a liberdade de ensino pode ser entendida, como reconhece o próprio autor (pág. 43), na acepção de "liberdade de cátedra", bem diversa daquela que serve de tema à obra, mas talvez mais polêmica que esta. Não é impossível, porém, que o autor tenha escolhido o título exatamente para ressaltar um aspecto da questão da liberdade de ensino que, embora seja de extrema importância para a atualidade brasileira, muitas vezes submerge na discussão daquele outro aspecto, o da "liberdade de cátedra".

Finalmente, e já que se fez referência à atualidade brasileira, é oportuno observar a preocupação de Waldemar Martins com respeito a uma filosofia que objetive a nossa realidade e os seus problemas; não fossem outros méritos, essa objetividade com que o livro se atém às condições peculiares do País bastaria para recomendá-lo.

Álvaro César Iglésias
Mestrando em Filosofia Social na PUCC.